



**TCE RJ**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

# 2010

**EXERCÍCIO**

Sede: Praça da República, 70 - Centro - RJ  
CEP: 20.211-351  
Endereço na Internet: [www.tce.rj.gov.br](http://www.tce.rj.gov.br)

# Composição Atual

## **PRESIDENTE**

JONAS LOPES DE CARVALHO JUNIOR

## **VICE-PRESIDENTE**

ALUISIO GAMA DE SOUZA

## **CONSELHEIROS**

JOSÉ GOMES GRACIOSA

MARCO ANTONIO BARBOSA DE ALENCAR

JOSÉ MAURÍCIO DE LIMA NOLASCO

JULIO LAMBERTSON RABELLO

ALOYSIO NEVES GUEDES

## **MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL**

PROCURADOR-GERAL

Horácio Machado Medeiros

## **ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA**

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ana Helena Bogado Serrão

PROCURADORIA-GERAL DO TCE-RJ

Sergio Cavalieri Filho

ESCOLA DE CONTAS E GESTÃO DO TCE-RJ

Paula Alexandra Canas de Paiva Nazareth

DIRETORIA-GERAL DE INFORMÁTICA

Fabio Motta Scisínio Dias

## **ÓRGÃOS EXECUTIVOS DE PRIMEIRO NÍVEL**

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO

José Roberto Pereira Monteiro

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Marcos André Riscado de Brito

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Elaine Faria de Melo

SECRETARIA-GERAL DAS SESSÕES

Gardênia de Andrade Costa

# Elaboração

**Elaboração**

Secretaria-Geral de Planejamento - SGP  
Coordenadoria de Auditoria de Qualidade - CAQ

**Capa**

Coordenadoria de Organização e Procedimentos - CAP

|   |           |  |           |
|---|-----------|--|-----------|
| <b>Palavra do Presidente</b>                              | <b>4</b>  | <b>3 - Atividades Institucionais</b>                           | <b>29</b> |
| <b>Negócio, Missão, Visão e Valores</b>                   | <b>7</b>  | 3.1 - Recursos Orçamentários e Financeiros                     | 29        |
| <b>Resumo Executivo</b>                                   | <b>8</b>  | 3.1.1 - Gestão de Recursos Orçamentários e Financeiros         | 31        |
| <b>1 - Competência, Jurisdição e Estrutura</b>            | <b>9</b>  | 3.2 - Pesquisa, Divulgação e Revisão de Normas e Procedimentos | 32        |
| 1.1 - Competência   | 9         | 3.2.1 - Pesquisa e Divulgação de Normas e Procedimentos        | 32        |
| 1.2 - Jurisdição  | 10        | 3.2.2 - Revisão de Normas e Procedimentos                      | 33        |
| 1.3 - Principais Órgãos da Estrutura                      | 10        | 3.3 - Tecnologia da Informação                                 | 34        |
| 1.3.1 - Órgãos Executivos de Primeiro Nível               | 11        | 3.4 - Gestão de Pessoal  | 36        |
| <b>2 - Atividades do Controle Externo</b>                 | <b>13</b> | 3.4.1 - Capacitação Profissional                               | 36        |
| 2.1 - Processos Cadastrados                               | 13        | 3.4.1.1 - Programa de Estudos e Pesquisas                      | 37        |
| 2.2 - Processos Instruídos                                | 14        | 3.4.1.2 - Resumo das Atividades                                | 38        |
| 2.3 - Ações em Destaque                                   | 15        | 3.4.1.3 - Atividades Externas de Formação                      | 38        |
| 2.4 - Atos do Plenário                                    | 17        | 3.4.2 - Participação em Redes de Escolas de Governo            | 38        |
| 2.4.1 - Processos Relatados                               | 17        | 3.4.3 - Programa de Avaliação da Saúde do Trabalhador          | 39        |
| 2.4.2 - Decisões  | 17        | <b>4 - Agenda Ambiental</b>                                    | <b>41</b> |
| 2.4.3 - Contas de Gestão do Governo do Estado             | 18        | <b>5 - Relações Institucionais</b>                             | <b>42</b> |
| 2.4.4 - Contas de Gestão dos Municípios                   | 20        | <b>6 - Divulgação Institucional</b>                            | <b>43</b> |
| 2.4.5 - Irregularidades em Prestações e Tomadas de Contas | 22        | <b>7 - Considerações Finais</b>                                | <b>44</b> |
| 2.4.6 - Fiscalização de Atos e Contratos                  | 23        |  |           |
| 2.4.7 - Acórdãos  | 24        |  |           |
| 2.4.8 - Deliberações e Resoluções                         | 24        |  |           |
| 2.5 - Comunicação das Decisões                            | 25        |  |           |
| 2.6 - Cobrança Executiva de Multas e Débitos              | 25        |  |           |
| 2.7 - Execução Orçamentária do Estado                     | 26        |  |           |

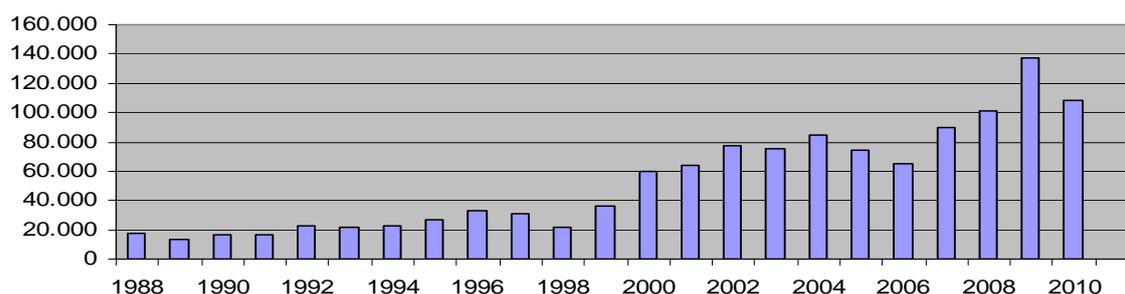
## Palavra do Presidente

Com olhos não apenas no presente, mas também no futuro, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro tem ampliado cada vez mais sua rede de relacionamentos com outras instituições do poder público, objetivando uma intensa troca de conhecimentos e experiências, buscando uma capacidade mais definida de orientação para a prática de uma boa gestão pública.

A realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 tem mobilizado a sociedade brasileira em diversas áreas, especialmente governos estaduais e prefeituras responsáveis pelos projetos de preparação das cidades para receber os dois maiores eventos desportivos do mundo. Não seria diferente com o TCE-RJ, órgão encarregado da fiscalização do uso dos recursos públicos em nosso Estado, que se empenha cada vez mais em exercer o seu papel de controlador eficaz desses recursos com vistas a contribuir para um resultado plenamente harmônico, inclusive em tais eventos.

No exercício de 2010, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro apreciou 108.638 processos, contribuindo para a produtividade observada nos últimos anos.

**Evolução do Total de Processos Relatados pelo Plenário do TCE-RJ  
Período de 1988 a 2010**



Os acórdãos proferidos no período originaram as citações de agentes públicos para ressarcir ao erário o montante de R\$55.452.579,39, bem como a aplicação de R\$12.423.128,52 em multas.

Ao fim de 2010, constavam 6.110 processos de Cobrança Executiva de Multas e Débitos no Banco de Dados da Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas – PGT - um aumento de 20,7% se comparado ao exercício anterior (4.843) -, sendo 962 referentes aos órgãos municipais, 4.613 referentes a órgãos estaduais e 535 processos já encerrados.

Ao longo do exercício, 551 processos de prestações ou tomada de contas foram julgados irregulares pelo Plenário, representando um acréscimo de 45% em relação ao exercício anterior (380 processos), e 1.063 processos foram julgados ilegais, superando em aproximadamente 56,8% o total de 2009 (678 processos), com a aplicação de sanções que atingiram o montante de R\$55.905.807,36.

Nesse contexto, decorrente de um conjunto de ações em curso que visam a reforçar a atuação do Corpo Instrutivo e a dar, ao mesmo tempo, efetividade ao controle externo exercido pelo TCE-RJ, pudemos obter expressivos resultados por intermédio do Corpo Instrutivo.

Pode-se considerar que tais ações, em parte, materializam a visão do TCE-RJ, descrita em seu Plano Estratégico 2008-2011: ser instituição de excelência no controle externo, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública.

Ratificando cada vez mais esse compromisso, a Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ (ECG/TCE-RJ) continua investindo nos cursos de capacitação e formação acadêmica dos servidores do TCE-RJ, das entidades e órgãos jurisdicionados, com o objetivo de promover e incentivar a busca constante de melhoria na qualificação e capacitação de pessoal.

Tendo conquistado seu credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação, de forma a coroar o empenho e a dedicação observados nas suas atividades, e dando início a uma nova etapa, em 2010, a Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ deu início às primeiras turmas de cursos de pós-graduação *lato sensu* (“Gestão Pública e Controle Externo” e “Gestão Pública Municipal”) a serem ministrados pela própria instituição.

Mais uma vez o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro encerra o exercício fortalecido para alcançar suas metas de forma eficiente e eficaz em obediência aos ditames Constitucionais, contando com o apoio extremamente qualificado de seus servidores e a parceria da população do Estado do Rio de Janeiro, esta que sempre encontrará no TCE-RJ as portas abertas para todos aqueles que estiverem dispostos a zelar pelo bem da sociedade com o intuito de alcançar a melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos.

Rio de Janeiro, março de 2011.

**JONAS LOPES DE CARVALHO JUNIOR**  
Presidente

## NEGÓCIO

A dimensão do negócio do TCE-RJ decorre das imposições constitucionais e legais balizadoras de sua atuação, cabendo-lhe o exercício do controle externo dos atos da administração pública e da gestão de recursos públicos no âmbito dos municípios jurisdicionados e do Estado do Rio de Janeiro.

## MISSÃO

Realizar o controle externo, valorizando a legitimidade e o planejamento na gestão pública, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social no Estado do Rio de Janeiro.

## VISÃO

Ser instituição de excelência no controle externo, em busca permanente da efetividade em suas ações, concorrendo para a melhoria da gestão pública e para o atendimento dos anseios da sociedade.

## VALORES

- Ética
- Comprometimento
- Independência
- Transparência
- Imparcialidade
- Efetividade
- Tempestividade

## Resumo Executivo

As principais ações e benefícios decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ durante o exercício de 2010 encontram-se dispostas resumidamente a seguir:

1. 108.638 processos apreciados em Plenário;
2. 219.238 decisões proferidas;
3. Emissão de Parecer Prévio às Contas referentes à Administração Financeira de 107 municípios;
4. 1.063 atos/contratos julgados ilegais e 551 processos de prestação ou tomada de contas com decisão pela irregularidade;
5. 3.499 responsáveis citados para o pagamento de multas ou o ressarcimento de débitos;
6. 2.711 acórdãos emitidos, com valor global superior a R\$67,8 milhões;
7. 110.272 processos analisados pelo Corpo Instrutivo e encaminhados à apreciação plenária;
8. 202 inspeções realizadas;
9. Economia de R\$48,8 milhões para os cofres públicos, referente à redução de estimativas, em decorrência da análise de editais de licitação por concorrência;
10. 6.507 agentes públicos atendidos pelas atividades desenvolvidas pela Escola de Contas e Gestão – ECG;
11. 63.377 processos novos cadastrados;
12. Entrega do Prêmio Ministro Gama Filho, cujo tema foi “Dez Anos da Lei de Responsabilidade Fiscal: A Contribuição da Transparência da Gestão Fiscal para a Boa Governança”;
13. 848.652 acessos ao Portal do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
14. Destinação de 65,5 toneladas de material para a reciclagem, dentro do Projeto “aTo **CE**rto” de coleta seletiva do lixo;
15. Encaminhamento ao TRE-RJ da relação atualizada dos responsáveis com contas julgadas irregulares desde 2005;
16. Edição do Manual de Auditoria Governamental (MAG), instituído pela Resolução n.º 266, de 10.08.10;
17. Publicação de cartilha com as principais informações sobre a auditoria operacional realizada na Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), incluindo as recomendações e determinações deste TCE-RJ, tendo por tema a “Repetência Escolar”;
18. Prorrogação do convênio de cooperação técnica firmado entre a Escola de Contas do TCE-RJ e a Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), visando à formação e ao aperfeiçoamento dos técnicos das duas instituições;
19. Renovação do termo de cooperação técnica firmado com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), prevendo a ampliação do intercâmbio técnico, com a inclusão de uma parceria acadêmica em programas de qualificação e especialização;
20. Celebração de dois acordos: um de cooperação técnica com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), em prol da fiscalização da destinação de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude, e outro, através da ECG, com a Secretaria de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC), de cooperação educacional, técnica e científica em atividades relacionadas à gestão ambiental;
21. Através da Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE), no dia 5 de novembro, o TCE-RJ promoveu o encontro de representantes de órgãos integrantes da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Rio de Janeiro;
22. Assinatura do Protocolo de Execução das Ações de Fiscalização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, com base no modelo de fiscalização das obras e projetos relacionados ao evento;
23. Devolução de crédito de seu orçamento ao Governo do Estado, no montante de R\$34 milhões e, financeiramente, R\$25 milhões, decorrente da política de austeridade adotada pela gestão.

# 1 - Competência, Jurisdição e Estrutura

## 1.1 - Competência

De acordo com a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, alterada pela Emenda Constitucional n.º 04, de 20.08.91, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no exercício de sua missão institucional, compete:

| COMPETÊNCIAS  |
|---|
| I – Apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais;   |
| II – Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos dos Poderes Estaduais e Municipais, da administração direta e da indireta, incluídas as empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas duas esferas, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;                            |
| III – Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e na indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargos de provimento em comissão, bem como as concessões de aposentadorias, transferências para a reserva remunerada, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório; |
| IV – Realizar, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa ou de Câmara Municipal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Estadual e Municipal;  |
| V – Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;  |
| VI – Prestar as informações solicitadas pelo Poder Legislativo, ou por qualquer de suas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;   |
| VII – Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerão, dentre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;  |
| VIII – Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;   |
| IX – Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal;  |
| X – Representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.   |

Algumas atribuições também foram conferidas por normas infraconstitucionais, com destaque para as seguintes:

|  |
|--|
| Fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar Federal n.º 101, de 04.05.00, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal;   |
| Receber representação de qualquer licitante, contratado, pessoa física ou jurídica, sobre irregularidades na aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93;  |
| Fiscalizar a aplicação dos recursos do FUNDEB, como determina o artigo 26, inciso II, da Lei Federal n.º 11.494, de 20.06.07;  |
| Processar e julgar as infrações administrativas contra as Leis de Finanças Públicas, como determina o artigo 5.º, §2.º, da Lei Federal n.º 10.028, de 19.10.00;  |
| Enviar à ALERJ, trimestralmente, a contar do início de cada gestão financeira, relatório de acompanhamento do desempenho da receita do Estado, com análise crítica do seu comportamento, conforme o artigo 3.º da Lei Estadual n.º 4.230, de 25.11.03. |

## 1.2 - Jurisdição

O TCE-RJ tem jurisdição própria e privativa, em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência, abrangendo todos os órgãos, entidades e fundos da Administração Estadual e dos Municípios do Estado, com exceção dos da Capital, conforme o estabelecido no artigo 128 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e nos artigos 5.º e 6.º da Lei Complementar Estadual n.º 63, de 01.08.90.

A distribuição dos órgãos, entidades e fundos jurisdicionados ao final do período é demonstrada no quadro abaixo:

| NATUREZA JURÍDICA             | ÁREA ESTADUAL | ÁREA MUNICIPAL |
|-------------------------------|---------------|----------------|
| <b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>   |               |                |
| ENTES                         | 01            | 91             |
| ÓRGÃOS                        | 27            | 91             |
| <b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b> |               |                |
| AUTARQUIAS                    | 19            | 80             |
| EMPRESAS PÚBLICAS             | 5             | 15             |
| SOC. DE ECONOMIA MISTA        | 16            | 16             |
| CONSELHOS                     | --            | 10             |
| FUNDAÇÕES                     | 20            | 61             |
| FUNDOS                        | 30            | 336            |
| OUTROS*                       | 12            | --             |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>130</b>    | <b>700</b>     |

Fonte: Relatório Trimestral da Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE;  
\*Unidades sem natureza jurídica definida.

## 1.3 - Principais Órgãos da Estrutura

O Corpo Deliberativo do Tribunal de Contas é composto por 7 (sete) Conselheiros. O Plenário, além das funções jurisdicionais de sua competência, exerce, também, atribuições normativas regulamentares no âmbito do controle externo e no da administração interna da Instituição.

O Ministério Público Especial – MPE junto ao Tribunal passou a ser disciplinado pela Lei Estadual n.º 382 de 01.12.80, nos termos da Deliberação TCE-RJ n.º 227, de 15.02.05.

À Presidência, além das funções inerentes à direção do Tribunal, compete a distribuição dos processos instruídos pela Secretaria-Geral de Controle externo – SGE, com a manifestação do MPE, aos Conselheiros-Relatores, para posterior apreciação em Plenário.

A Procuradoria-Geral do Tribunal – PGT assessora a Presidência no aporte de informações legais e no acompanhamento e representação em processos de interesse institucional.

A Escola de Contas e Gestão – ECG/TCE-RJ atua na disponibilização de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, treinamentos, seminários e cursos de pós-graduação para a instrução dos servidores do próprio Tribunal e dos órgãos jurisdicionados.

### **1.3.1 - Órgãos Executivos de Primeiro Nível**

Para o cumprimento de sua missão institucional, o Tribunal dispõe de 4 (quatro) órgãos executivos de primeiro nível. Esses órgãos são os responsáveis pela condução técnica e administrativa do Tribunal, e suas atribuições são, resumidamente, discriminadas a seguir:

- A Secretaria-Geral de Planejamento – SGP organiza, desenvolve e acompanha o planejamento anual e plurianual de atividades, assim como coordena e controla o sistema orçamentário do Tribunal;

- A Secretaria-Geral de Administração – SGA é responsável por gerir os recursos humanos, a execução administrativo-financeira e médico-assistencial;

- A Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE, composta pelas Subsecretarias de Controle Estadual – SUE, de Controle Municipal – SUM, de Controle de Pessoal – SUP, de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita – SSR, e de Auditoria e Controle de Obras e Serviços de Engenharia – SSO, tem por competência coordenar, supervisionar e controlar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, os atos de pessoal, sob a ótica da legalidade, legitimidade e economicidade, nos órgãos jurisdicionados do TCE-RJ; e

- A Secretaria-Geral das Sessões – SSE é responsável pelo registro, pela publicação e pela comunicação das decisões plenárias, bem como pelo controle do seu atendimento.

## 2 - Atividades do Controle Externo

### 2.1 - Processos Cadastrados

Ao final do exercício de 2010, os 830 órgãos, entidades e fundos jurisdicionados deram origem à formalização de 63.377 novos processos, como demonstrado no quadro a seguir:

| ORIGEM DO PROCESSO                | EXERCÍCIO DE 2010* |
|-----------------------------------|--------------------|
| TRIBUNAL DE CONTAS <sup>(1)</sup> | 3.507              |
| ESTADO                            | 17.595             |
| MUNICÍPIOS                        | 42.275             |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>63.377</b>      |

Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos – SCAP, acesso em 03.01.11;

<sup>(1)</sup>O número apresentado refere-se às inspeções realizadas, à constituição de processos especiais de cobrança executiva, às tomadas de contas *ex officio* e às promoções solicitando providências dos jurisdicionados, no sentido de encaminhar documentos ou devolver processos com prazo regimental vencido;

\*Excluídos os processos administrativos de natureza interna.

As principais naturezas dos processos cadastrados e os respectivos quantitativos encontram-se discriminados abaixo:

| NATUREZA DO PROCESSO  | QUANTITATIVO  |
|---|---------------|
| APOSENTADORIAS, PENSÕES, REFORMA, TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA E FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÃO | 9.261         |
| ATOS DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO   | 336           |
| CONTRATOS / CONVÊNIOS   | 3.073         |
| CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO   | 30.434        |
| DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES  | 150           |
| CONCURSOS PÚBLICOS - ABERTURA (EDITAL)  | 106           |
| CONCURSOS PÚBLICOS (ATOS E CONTRATOS DE ADMISSÃO)                                     | 552           |
| EDITAIS DE LICITAÇÃO / PREGÃO   | 341           |
| INSPEÇÕES   | 256           |
| CONSULTAS   | 67            |
| PRESTAÇÕES / TOMADAS DE CONTAS  | 5.461         |
| PRESTAÇÕES DE CONTAS DE GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO                                   | 1             |
| PRESTAÇÕES DE CONTAS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA                                      | 91            |
| PROMOÇÕES   | 2.008         |
| PRORROGAÇÕES DE PRAZO   | 3.458         |
| RECURSOS  | 245           |
| RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL   | 578           |
| RELATÓRIOS RESUMIDOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA   | 560           |
| PROCESSOS ESPECIAIS DE COBRANÇA EXECUTIVA   | 1.257         |
| SOLICITAÇÕES  | 63            |
| TERMOS DIVERSOS   | 4.458         |
| OUTRAS NATUREZAS  | 621           |
| <b>TOTAL</b>  | <b>63.377</b> |

Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos – SCAP, acesso em 03.01.11.

## 2.2 - Processos Instruídos

Durante o período, o Corpo Instrutivo instruiu 110.272 processos. Desse total, 106.100 foram encaminhados, conforme o caso, diretamente ao Ministério Público Especial – MPE para manifestação e remessa ao Gabinete da Presidência – GAP, ou a este para posterior distribuição ao Conselheiro-Relator.

As principais naturezas dos processos instruídos e o respectivo quantitativo são descritos no quadro a seguir:

| NATUREZA DO PROCESSO  | EXERCÍCIO DE 2010 |
|---|-------------------|
| APOSENTADORIAS, PENSÕES, REFORMAS, TRANSFERÊNCIAS PARA RESERVA E FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÃO | 7.573             |
| ATOS DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO   | 1.674             |
| CONSULTAS   | 80                |
| CONTRATOS/CONVÊNIOS   | 5.765             |
| CONTRATOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO  | 55.413            |
| DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES  | 339               |
| CONCURSOS PÚBLICOS - ABERTURA (EDITAL)  | 60                |
| CONCURSOS PÚBLICOS (ATOS E CONTRATOS DE ADMISSÃO)                                       | 737               |
| EDITAIS DE LICITAÇÃO/PREGÃO   | 897               |
| INSPEÇÕES   | 1.602             |
| PRESTAÇÕES/TOMADAS DE CONTAS  | 8.560             |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA   | 206               |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO  | 1                 |
| PROMOÇÕES   | 3.460             |
| PRORROGAÇÕES DE PRAZO   | 79                |
| RECURSOS  | 385               |
| RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL   | 860               |
| RELATÓRIOS RESUMIDOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA   | 963               |
| SOLICITAÇÕES  | 70                |
| TERMOS DIVERSOS   | 15.467            |
| PROCESSOS ESPECIAIS DE COBRANÇA EXECUTIVA   | 1.282             |
| OUTRAS NATUREZAS  | 627               |
| <b>TOTAL</b>  | <b>106.100</b>    |

Fonte: Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos – SCAP, acesso em 03.01.11.

Entre os processos que não são remetidos para distribuição ao Conselheiro-Relator, discriminam-se:

| DESCRIÇÃO   | QUANTIDADE   |
|---|--------------|
| Processos analisados pela SUP e devolvidos aos órgãos de origem para correção de falhas formais (Deliberação TCE-RJ n.º 190/95)             | 1.721        |
| Processos arquivados por não serem sujeitos à remessa ao TCE-RJ (Deliberações TCE-RJ n.ºs 196/96, 244/07 e 245/07 e Portaria SGE n.º 09/09) | 1.408        |
| Despachos ou ofícios saneadores dirigidos aos jurisdicionados por SUE, SUM e SUP  | 1.043        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>4.172</b> |

Fonte: Relatórios Trimestrais da Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE.

O total de inspeções realizadas durante o período é descrito no quadro a seguir:

| TIPO DE INSPEÇÃO | EXERCÍCIO DE 2010 |
|------------------|-------------------|
|                  | REALIZADAS        |
| ORDINÁRIA        | 161               |
| ESPECIAL         | 25                |
| EXTRAORDINÁRIA   | 16                |
| <b>TOTAL</b>     | <b>202</b>        |

Fonte: Relatórios Trimestrais da Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE.

## 2.3 - Ações em Destaque

O Tribunal, preservando os princípios da legalidade e legitimidade, tem dado destaque à análise processual sob a ótica da economicidade e, especificamente, em relação ao exame de editais de licitação de diversos órgãos jurisdicionados, de acordo com os pressupostos de comparação com preços de mercado através do estudo técnico do processo de formação de preço, elaboração de alternativas técnicas viáveis para a solução de problemas a enfrentar e apresentação de alternativa mais vantajosa para a administração e manutenção de intercâmbio entre as organizações de controle externo e de controle interno, tem obtido expressivos resultados.

A redução dos valores estimados nos editais, após análise da Subsecretaria de Obras e Serviços de Engenharia – SSO e da Coordenadoria de Estudos e Análises Técnicas – CEA, gerou, em 2010, uma economia de R\$48.851.054,85 aos cofres públicos.

Destacamos a publicação, no dia 4 de janeiro, de uma cartilha com informações sobre a auditoria operacional realizada pela Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE) na Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), para identificar os principais problemas que causam a repetência escolar no Estado do Rio de Janeiro e avaliar a forma de enfrentamento dos mesmos pela SEEDUC. A cartilha, de distribuição gratuita, inclui as recomendações e determinações do Tribunal constantes do processo TCE-RJ n.º 116.476-6/08, apreciado em Sessão Plenária de 16.04.09.

## 2.4 - Atos do Plenário

### 2.4.1 - Processos Relatados

No decorrer do exercício de 2010, 108.638 processos foram julgados ou obtiveram parecer do Plenário. Suas naturezas são apresentadas no quadro abaixo:

| NATUREZA DO PROCESSO  | EXERCÍCIO DE 2010 |
|---|-------------------|
| APOSENTADORIA, PENSÃO, REFORMA E TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA | 9.160             |
| ATO DE DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO                | 1.591             |
| CONSULTA  | 79                |
| CONTRATO E CONVÊNIO   | 5.451             |
| CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO                                | 54.702            |
| DENÚNCIA E REPRESENTAÇÃO                                      | 303               |
| CONCURSO PÚBLICO  | 386               |
| EDITAL DE LICITAÇÃO / PREGÃO                                  | 779               |
| INSPEÇÃO  | 1.632             |
| PRESTAÇÃO / TOMADA DE CONTAS                                  | 8.633             |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA               | 217               |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO            | 1                 |
| PROMOÇÃO  | 4.086             |
| PRORROGAÇÃO DE PRAZO  | 3.409             |
| RECURSO   | 319               |
| RELATÓRIO DA LRF  | 1.591             |
| SOLICITAÇÃO   | 56                |
| TERMOS DIVERSOS   | 14.751            |
| OUTRAS NATUREZAS  | 1.492             |
| <b>TOTAL</b>  | <b>108.638</b>    |

Fonte: Relatórios Trimestrais da Secretaria-Geral das Sessões – SSE.

### 2.4.2 - Decisões

No período, foram proferidas 219.238 decisões, como discriminado a seguir:

| PRELIMINARES                        |                |
|-------------------------------------|----------------|
| CITAÇÃO                             | 679            |
| COMUNICAÇÃO / DILIGÊNCIA EXTERNA    | 35.314         |
| CONVERSÃO EM TOMADA DE CONTAS       | 150            |
| DEFERIMENTO                         | 4.376          |
| DETERMINAÇÃO                        | 22.127         |
| DILIGÊNCIA INTERNA                  | 1.852          |
| EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO                 | 14.094         |
| INDEFERIMENTO                       | 1.357          |
| NOTIFICAÇÃO                         | 14.569         |
| SOBRESTAMENTO                       | 16.752         |
| <b>SUBTOTAL</b>                     | <b>111.270</b> |
| DEFINITIVAS                         |                |
| ACOLHIMENTO DA DEFESA               | 852            |
| ACOLHIMENTO DA DENÚNCIA             | 34             |
| APLICAÇÃO DE MULTA                  | 5.760          |
| ARQUIVAMENTO                        | 18.800         |
| CIÊNCIA                             | 6.316          |
| CONHECIMENTO                        | 10.590         |
| IRREGULARIDADE / ILEGALIDADE        | 1.715          |
| NÃO ACOLHIMENTO / NÃO CONHECIMENTO  | 2.424          |
| RECUSA DO REGISTRO                  | 5.492          |
| REGISTRO                            | 8.304          |
| REGULARIDADE DE CONTAS              | 4.243          |
| <b>SUBTOTAL</b>                     | <b>64.530</b>  |
| EMISSÃO DE PARECERES PRÉVIOS        |                |
| EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL | 98             |
| EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO | 10             |
| <b>SUBTOTAL</b>                     | <b>108</b>     |
| OUTRAS                              |                |
| OUTRAS DECISÕES                     | 43.330         |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>219.238</b> |

Fonte: Relatórios Trimestrais da Secretaria-Geral das Sessões – SSE.

### 2.4.3 - Contas de Gestão do Governo do Estado

Pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro, artigo 123, inciso I, compete ao Tribunal de Contas emitir Parecer Prévio sobre a Prestação de Contas de Gestão apresentada anualmente pelo Governador.

O Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da Prestação de Contas, emitirá seu parecer, havendo interrupção desse prazo quando a prestação de contas for apresentada sem atender aos requisitos legais ou contiver falhas formais, até que o processo seja regularizado.

As Contas de Gestão relativas ao exercício de 2009 deram entrada neste Tribunal no dia 31 de março de 2010, portanto, dentro do prazo constitucional, sendo protocolizadas sob o número TCE-RJ 105.901-9/10 na mesma data.

O Conselheiro José Gomes Graciosa fora designado Relator das Contas, mediante sorteio eletrônico, na 20ª Sessão Ordinária realizada em 31 de março de 2009.

Em Sessão Especial realizada em 20 de maio de 2010, o Plenário do TCE-RJ, por unanimidade, acolhendo o voto do Relator, aprovou o parecer prévio favorável à aprovação das Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, o Senhor Governador Sérgio Cabral, com ressalvas, determinações e recomendações.

Entre diversos pontos abordados pelo Relator, destacam-se em seu voto o registro do atendimento aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com o funcionalismo, assim como dos investimentos mínimos em saúde e educação, estabelecidos constitucionalmente, e as determinações a diversos órgãos das administrações direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro.

O relatório final e o voto do Conselheiro-Relator encontram-se disponíveis, na íntegra, no sítio do TCE-RJ na internet – [www.tce.rj.gov.br](http://www.tce.rj.gov.br).

## 2.4.4 - Contas de Gestão dos Municípios

Pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro, artigo 125, inciso I, compete ao Tribunal de Contas emitir Parecer Prévio sobre as Prestações de Contas da Administração Financeira dos Municípios, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de seu recebimento.

As mencionadas contas são prestadas anualmente pelos Prefeitos dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a abertura da Sessão Legislativa, ressalvados os casos em que a Lei Orgânica Municipal dispuser de maneira diversa.

O parecer prévio do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, conforme disposto no artigo 124, § 2.º, da Constituição Estadual.

Durante o exercício, o Plenário emitiu 107 Pareceres Prévios relativos às Prestações de Contas de Administração Financeira dos Municípios, conforme tabela abaixo:

| MUNICÍPIO               | EXERCÍCIO | PARECER  |
|-------------------------|-----------|--|
| Angra dos Reis          | 2008      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Angra dos Reis          | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Aperibé                 | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Araruama                | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Areal                   | 2008      | <b>Contrário</b>                                       |
| Areal                   | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Armação dos Búzios      | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Arraial do Cabo         | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Barra do Pirai          | 2009      | <b>Contrário</b>                                       |
| Barra Mansa             | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Belford Roxo            | 2008      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Belford Roxo            | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Bom Jardim              | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Bom Jesus do Itabapoana | 2008      | <b>Contrário</b>                                       |
| Bom Jesus do Itabapoana | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Cabo Frio               | 2008      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Cabo Frio               | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Cachoeiras de Macacu    | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Cambuci                 | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendação  |

| MUNICÍPIO                   | EXERCÍCIO | PARECER  |
|-----------------------------|-----------|--|
| Campos dos Goytacazes       | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Cantagalo                   | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Carapebus                   | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Cardoso Moreira             | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Carmo                       | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Casimiro de Abreu           | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Comendador Levy Gasparian   | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Conceição de Macabu         | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Cordeiro                    | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Duas Barras                 | 2008      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Duas Barras                 | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendação  |
| Duque de Caxias             | 2008      | <b>Contrário</b>                                       |
| Duque de Caxias             | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Engenheiro Paulo de Frontin | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Guapimirim                  | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Iguaba Grande               | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Itaboraí                    | 2008      | <b>Contrário</b>                                       |
| Itaboraí                    | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Itaguaí                     | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Italva                      | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendação  |
| Itaocara                    | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Itaperuna                   | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Itatiaia                    | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Japeri                      | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Laje do Muriaé              | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Macaé                       | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Macuco                      | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Magé                        | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Mangaratiba                 | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Maricá                      | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Mendes                      | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Mesquita                    | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Miguel Pereira              | 2008      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Miguel Pereira              | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Miracema                    | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Natividade                  | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Nilópolis                   | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Niterói                     | 2008      | <b>Contrário</b>                                       |
| Niterói                     | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Nova Friburgo               | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Nova Iguaçu                 | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Paracambi                   | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Paraíba do Sul              | 2008      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Paraíba do Sul              | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Paraty                      | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Paty do Alferes             | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Petrópolis                  | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Pinheiral                   | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Piraí                       | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Porciúncula                 | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Porto Real                  | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Quatis                      | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Queimados                   | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Quissamã                    | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Resende                     | 2008      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Resende                     | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Rio Bonito                  | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Rio Claro                   | 2008      | <b>Contrário</b>                                       |

| MUNICÍPIO                     | EXERCÍCIO | PARECER  |
|-------------------------------|-----------|--|
| Rio Claro                     | 2009      | <b>Contrário</b>                                       |
| Rio das Flores                | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Rio das Ostras                | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Santa Maria Madalena          | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Santo Antônio de Pádua        | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| São Fidélis                   | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| São Francisco do Itabapoana   | 2009      | <b>Contrário</b>                                       |
| São Gonçalo                   | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| São João da Barra             | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| São João de Meriti            | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| São José de Ubá               | 2008      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| São José de Ubá               | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| São José do Vale do Rio Preto | 2008      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| São José do Vale do Rio Preto | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| São Pedro da Aldeia           | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| São Sebastião do Alto         | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Sapucaia                      | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Saquarema                     | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Seropédica                    | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Silva Jardim                  | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Sumidouro                     | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Tanguá                        | 2009      | Favorável com Ressalvas e Determinações                |
| Teresópolis                   | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Trajano de Moraes             | 2008      | <b>Contrário</b>                                       |
| Trajano de Moraes             | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Três Rios                     | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Valença                       | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Varre-Sai                     | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Vassouras                     | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |
| Volta Redonda                 | 2009      | Favorável com Ressalvas, Determinações e Recomendações |

Fonte: Relatórios Trimestrais da Secretaria-Geral das Sessões – SSE.

#### 2.4.5 - Irregularidades em Prestações e Tomadas de Contas

Conforme disposto nas alíneas *a*, *b* e *c* do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar Estadual n.º 63, de 01.08.90, o Tribunal de Contas julgará irregulares as contas quando comprovada a ocorrência de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; injustificado dano ao erário, decorrente de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico; e desfalque, desvio de dinheiros, bens e valores públicos.

Ao longo do exercício, 551 processos de prestações ou tomada de contas foram julgados irregulares pelo Plenário, com imputação de débito e aplicação de multas no valor total de R\$52.259.898,70 (25.893.028,1417 UFIRs-RJ).

Em decorrência do ano eleitoral, o TCE-RJ, no dia 5 de julho, encaminhou ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) a primeira listagem incluindo 920 (novecentos e vinte) responsáveis com contas julgadas irregulares a partir de 2005, para a finalidade prevista no artigo 1.º, inciso I, alínea g e no artigo 3.º, ambos da Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, e em cumprimento ao prazo estabelecido no artigo 11, “caput” e § 5º, da Lei Federal n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, no artigo 91 da Lei Federal n.º 8.443, de 16 de julho de 1992 e na Resolução n.º 23.089 - Instrução n.º 126 - Classe 19.ª - Brasília - Distrito Federal.

A lista contempla os responsáveis que se enquadrem nos requisitos legais mencionados acima e cuja decisão que rejeitou suas contas por irregularidade, no período compreendido entre 4 de outubro de 2005 e 3 de outubro de 2010, não tenha tido sua eficácia prejudicada pela interposição tempestiva de recurso.

Devido à realização do primeiro turno eleitoral no dia 3 de outubro, o TCE-RJ promoveu as devidas atualizações na listagem, as quais, juntamente com a inicial, foram disponibilizadas para a Sociedade em seu endereço na internet ([www.tce.rj.gov.br](http://www.tce.rj.gov.br)).

#### **2.4.6 - Fiscalização de Atos e Contratos**

Segundo o que dispõe o artigo 39 da Lei Complementar n.º 63, de 01.08.90, para assegurar a eficácia do controle e instruir o julgamento das contas, o Tribunal de Contas efetuará a fiscalização dos atos e contratos de que resultem receitas ou despesas, praticados pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

Em 2010, 1.063 processos foram julgados ilegais pelo Plenário do Tribunal, sendo a maior parte destes constituída de Atos de Dispensa de Licitação, com imposição de sanções no valor total de R\$3.645.908,66 (1.806.425,54 UFIRs-RJ).

#### 2.4.7 - Acórdãos

Os 2.711 acórdãos expedidos no exercício totalizaram R\$67.875.707,91 (33.630.138,19 UFIRs-RJ), conforme tabela que se segue:

| TIPO DE ACÓRDÃO     | QUANTIDADE   | VALOR EM UFIR-RJ*    | VALOR EM REAL        |
|---------------------|--------------|----------------------|----------------------|
| APLICAÇÃO DE MULTA  | 1.788        | 6.155.243,78         | 12.423.128,52        |
| IMPUTAÇÃO DE DÉBITO | 923          | 27.474.894,41        | 55.452.579,39        |
| <b>TOTAL</b>        | <b>2.711</b> | <b>33.630.138,19</b> | <b>67.875.707,91</b> |

Fonte: Relatórios Trimestrais de Atividades da Secretaria-Geral das Sessões – SSE;  
\*UFIR-RJ (2010) = R\$2,0183.

#### 2.4.8 - Deliberações e Resoluções

Ao longo do exercício, foram aprovados os seguintes Atos:

| DELIBERAÇÃO  |
|--|
| <b>Deliberação n.º 255</b> , de 10/08/10, que altera a redação dos artigos 4º, 46, 48, 49, 62, 65, 80, 115, 124 e 142 do Regimento Interno do Estado do Rio de Janeiro.  |
| RESOLUÇÃO  |
| <b>Resolução n.º 262</b> , de 08.04.10, que dispõe a respeito da movimentação dos integrantes do Quadro de Procuradores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ;  |
| <b>Resolução n.º 263</b> , de 20.07.10, que dispõe sobre a alteração na estrutura orgânica e operacional da Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;  |
| <b>Resolução n.º 264</b> , de 03.08.10, que institui a Política de Segurança da Informação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – PSI, com a finalidade de proteger os ativos de informação e processamento de dados desta Corte, bem como os direitos de propriedade intelectual, englobando os aspectos de segurança lógica e física;   |
| <b>Resolução n.º 265</b> , de 24.08.10, que revoga dispositivo do Regulamento do desenvolvimento dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro previsto no artigo 22 da Lei n.º 4.787, de 29.06.06;   |
| <b>Resolução n.º 266</b> , de 10.08.10, que institui o Manual de Auditoria Governamental do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - MAG/TCE-RJ para uso das Subsecretarias subordinadas à Secretaria-Geral de Controle Externo;   |
| <b>Resolução n.º 267</b> , de 21.12.10, que altera o artigo 5.º e parágrafos e estabelece nova redação para o artigo 6.º da Resolução TCE-RJ n.º 247, de 31.08.06, que instituiu a criação e regulamentação da organização, das atribuições e do funcionamento da Comissão Permanente de Estudos e Pesquisas – COPEP, que tem como finalidade a elaboração de trabalhos de caráter acadêmico e/ou científico com o objetivo de propor políticas públicas alternativas. |

## 2.5 - Comunicação das Decisões

Para comunicação das decisões plenárias, foram expedidos 43.692 ofícios, sendo: 3.499 destinados à citação, 5.976 à notificação pessoal e 34.217 à comunicação de responsáveis. Desse total, 11.848 foram processados por meio do Sistema de Comunicação Digital – SICODI, representando, aproximadamente, 27,12%. Foram publicados, ainda, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro – DORJ, Parte I, 1.283 editais de chamamento ao processo.

## 2.6 - Cobrança Executiva de Multas e Débitos

Ao fim do exercício, constavam 6.110 processos de cobrança executiva no Banco de Dados da Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas – PGT, sendo 962 referentes a órgãos municipais, 4.613 referentes a órgãos estaduais e 535 processos já encerrados, em função do recolhimento das quantias devidas, com a consequente quitação concedida pelo Plenário ou, em relação às multas, do óbito dos responsáveis.

No quadro a seguir, são apresentados os dados referentes aos processos em cobrança executiva ao final do período:

| ESFERA       | SITUAÇÃO           |              |              | VALOR EM UFIR-RJ <sup>(1)</sup> |                      |                   |
|--------------|--------------------|--------------|--------------|---------------------------------|----------------------|-------------------|
|              | Cobrança Amigável* | Ajuizado     | Parcelamento | Cobrança Amigável*              | Ajuizado             | Parcelamento      |
| Estado       | 2.062              | 2.390        | 161          | 11.523.142,11                   | 14.155.464,10        | 465.710,03        |
| Municípios   | 471                | 465          | 26           | 19.576.165,78                   | 11.704.430,91        | 216.577,54        |
| <b>TOTAL</b> | <b>2.533</b>       | <b>2.855</b> | <b>187</b>   | <b>31.099.307,89</b>            | <b>25.859.895,01</b> | <b>682.287,57</b> |

Fonte: Relatório Trimestral de Atividades da Procuradoria-Geral do TCE-RJ;

<sup>(1)</sup>UFIR-RJ (2010) = R\$2,0183;

\*Os processos em cobrança amigável correspondem àqueles já inscritos em dívida ativa e ainda não ajuizados.

## 2.7 - Execução Orçamentária do Estado

O acompanhamento da execução orçamentária do Estado é efetuado a partir dos dados publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro n.º 018 – Parte I, de 28.01.11, sendo, neste tópico, apresentadas as informações referentes à receita arrecadada e às despesas empenhadas e liquidadas no exercício de 2010.

Considerando-se os dados consolidados das Administrações Direta e Indireta, os valores são os seguintes:

Valores em R\$

| Exercício de 2010                     | Corrente                | de Capital                | Total                 |
|---------------------------------------|-------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Receita Arrecadada [a]                | 51.273.386.897,00       | 2.418.655.072,62          | 53.692.041.969,62     |
| Despesa Empenhada [b]                 | 46.995.439.612,37       | 6.699.937.367,39          | 53.695.376.979,76     |
| Despesa Liquidada [c]                 | 46.669.533.906,15       | 6.523.732.830,96          | 53.193.266.737,11     |
| Despesa Paga [d]                      | 44.941.393.466,39       | 5.916.955.052,22          | 50.858.348.518,61     |
| Resultado da Exec. Orçamentária [a-b] | 4.277.947.284,63        | (4.281.282.294,77)        | (3.335.010,14)        |
| <b>Resultado [a-c]</b>                | <b>4.603.852.990,85</b> | <b>(4.105.077.758,34)</b> | <b>498.775.232,51</b> |

Fonte: Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita – SSR.

Cumprе ressaltar que os dados apresentados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro ainda serão analisados por esta Corte, devendo ser ratificados e/ou retificados por ocasião do exame das Contas de Gestão referentes ao exercício de 2010.

A Lei Orçamentária n.º 5.632, de 04.01.10, estimou a receita e fixou a despesa do Estado para o exercício de 2010 em R\$47.403.409.302,00, conforme quadro a seguir:

Valores em R\$

| RECEITA   |                       | DESPESA                                       |                       |
|---|-----------------------|---|-----------------------|
| Especificação   | Valor                 | Especificação                                 | Valor                 |
| <b>Correntes</b>  | <b>43.745.129.681</b> | <b>Correntes</b>                              | <b>41.162.511.119</b> |
| Tributária  | 26.867.009.139        | Pessoal e Encargos Sociais                    | 10.922.805.787        |
| De Contribuição   | 940.663.368           | Pessoal e Encargos Sociais Intraorçamentárias | 1.504.799.294         |
| Patrimonial   | 7.456.360.898         | Outras Despesas Correntes                     | 25.827.269.048        |
| Agropecuária  | 180.034               | Outras Despesas Correntes Intraorçamentárias  | 254.793.791           |
| Industrial  | 1.438.448             | Juros e Encargos da Dívida                    | 2.652.843.199         |
| De Serviços   | 313.253.809           |   |                       |
| Transferências Correntes                                  | 5.247.539.543         |   |                       |
| Outras Receitas Correntes                                 | 1.179.603.588         |   |                       |
| <b>Contribuições Intraorçamentárias</b>                   | <b>1.513.752.261</b>  |   |                       |
| <b>Transferências Correntes Intraorçamentárias</b>        | <b>211.150.566</b>    |   |                       |
| <b>Outras Transferências Correntes Intraorçamentárias</b> | <b>14.178.027</b>     |   |                       |
| <b>De Capital</b>   | <b>3.658.279.621</b>  | <b>De Capital</b>                             | <b>6.240.598.183</b>  |
| Operações de Crédito                                      | 1.855.585.980         | Investimentos                                 | 4.946.248.756         |
| Alienação de Bens   | 100.048.000           | Inversões Financeiras                         | 120.108.857           |
| Amortização de Empréstimos                                | 138.242.853           | Amortização da Dívida                         | 1.174.240.570         |
| Transferências de Capital                                 | 1.520.759.563         | Reserva de Contingência                       | 300.000               |
| <b>Transferência de Capital Intraorçamentária</b>         | <b>43.643.225</b>     |   |                       |
| <b>Total</b>  | <b>47.403.409.302</b> | <b>Total</b>                                  | <b>47.403.409.302</b> |

Fonte: Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita – SSR.

A seguir, é demonstrada, de forma sintética, a Receita Arrecadada no decorrer do exercício:

Valores em R\$

| Especificação                                       | 1.º trimestre            | 2.º trimestre            | 3.º trimestre            | 4.º trimestre            | Total                    |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>                           | <b>13.024.097.753,98</b> | <b>12.984.771.567,94</b> | <b>11.955.616.101,00</b> | <b>13.308.901.474,08</b> | <b>51.273.386.897,00</b> |
| Receitas Tributárias                                | 7.672.686.085,90         | 6.952.242.191,62         | 6.892.534.560,41         | 7.569.092.433,22         | 29.086.555.271,15        |
| Receita de Contribuição                             | 242.285.432,50           | 226.584.807,77           | 246.194.484,04           | 325.182.506,47           | 1.040.247.230,78         |
| Receita Patrimonial                                 | 2.470.501.069,30         | 2.321.737.092,42         | 2.016.155.228,46         | 1.853.727.872,07         | 8.662.121.262,25         |
| Receita Agropecuária                                | 13.601,82                | 60.540,12                | 53.579,95                | 35.221,62                | 162.943,51               |
| Receita Industrial                                  | 28.302.140,58            | 21.683.324,92            | 10.731.535,09            | 10.695.057,94            | 71.412.058,53            |
| Receita de Serviços                                 | 748.554.176,65           | 742.195.854,24           | 773.456.831,32           | 807.989.795,65           | 3.072.196.657,86         |
| Transferências Correntes                            | 1.212.871.545,59         | 1.290.900.882,65         | 1.211.710.323,93         | 1.405.816.836,88         | 5.121.299.589,05         |
| Outras Receitas Correntes                           | 261.790.319,43           | 1.046.482.454,79         | 301.006.207,63           | 773.995.399,06           | 2.383.274.380,91         |
| <b>Tributárias Intraorçamentárias</b>               | <b>4.267,50</b>          | <b>768,15</b>            | <b>10.412,70</b>         | <b>8.800,45</b>          | <b>24.248,80</b>         |
| <b>Contribuições Intraorçamentárias</b>             | <b>376.446.277,72</b>    | <b>337.850.692,53</b>    | <b>377.286.779,36</b>    | <b>507.211.615,10</b>    | <b>1.598.795.364,71</b>  |
| <b>Patrimoniais Intraorçamentárias</b>              | <b>40.000,00</b>         | <b>64.937,50</b>         | <b>62.962,50</b>         | <b>2.252.077,03</b>      | <b>2.419.977,03</b>      |
| <b>De Serviços Intraorçamentárias</b>               | <b>559.568,40</b>        | <b>879.792,46</b>        | <b>1.306.395,15</b>      | <b>3.949.812,68</b>      | <b>6.695.568,69</b>      |
| <b>Transferências Correntes Intraorçamentárias</b>  | <b>8.660.607,00</b>      | <b>42.967.101,09</b>     | <b>123.391.749,85</b>    | <b>44.387.408,43</b>     | <b>219.406.866,37</b>    |
| <b>Outras Intraorçamentárias</b>                    | <b>1.382.661,59</b>      | <b>1.121.127,68</b>      | <b>1.715.050,61</b>      | <b>4.556.637,48</b>      | <b>8.775.477,36</b>      |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>                          | <b>157.295.322,99</b>    | <b>1.200.863.227,88</b>  | <b>599.426.337,30</b>    | <b>461.070.184,45</b>    | <b>2.418.655.072,62</b>  |
| Operações de Crédito                                | 52.322.300,68            | 909.100.536,16           | 185.874.691,75           | 147.938.980,27           | 1.295.236.508,86         |
| Alienação de Bens                                   | 0,00                     | 803.711,22               | 43.330.043,69            | 6.358.043,61             | 50.491.798,52            |
| Amortizações de Empréstimos                         | 39.288.025,75            | 38.859.226,58            | 35.807.435,96            | 34.871.377,94            | 148.826.066,23           |
| Transferências de Capital                           | 44.283.799,68            | 235.404.244,66           | 277.319.402,70           | 184.941.146,21           | 741.948.593,25           |
| Outras Receitas de Capital                          | 347,81                   | (317,81)                 | 0,00                     | 10.199.129,82            | 10.199.159,82            |
| <b>Transferências de Capital Intraorçamentárias</b> | <b>21.400.849,07</b>     | <b>16.695.827,07</b>     | <b>57.094.763,20</b>     | <b>76.761.506,60</b>     | <b>171.952.945,94</b>    |
| <b>TOTAL</b>  | <b>13.181.393.076,97</b> | <b>14.185.634.795,82</b> | <b>12.555.042.438,30</b> | <b>13.769.971.658,53</b> | <b>53.692.041.969,62</b> |

Fonte: Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita – SSR.

A Receita Total Arrecadada em 2010 superou em 8,16% o valor previsto para o exercício.

A seguir, apresenta-se, resumidamente, a despesa empenhada, bem como a liquidada e a paga, no período de janeiro a dezembro de 2010:

Valores em R\$

| Especificação              | Empenhada                | Liquidada                | Paga                     |
|----------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <b>Despesas Correntes</b>  | <b>46.995.439.612,37</b> | <b>46.669.533.906,15</b> | <b>44.941.393.466,39</b> |
| Pessoal e Encargos Sociais | 13.727.630.730,31        | 13.711.178.725,85        | 12.930.491.518,22        |
| Juros e Encargos da Dívida | 2.392.316.622,19         | 2.391.349.922,12         | 2.391.253.526,58         |
| Outras Despesas Correntes  | 30.875.492.259,87        | 30.567.005.258,18        | 29.619.648.421,59        |
| <b>Despesas de Capital</b> | <b>6.699.937.367,39</b>  | <b>6.523.732.830,96</b>  | <b>5.916.955.052,22</b>  |
| Investimentos              | 5.250.071.590,99         | 5.083.993.789,46         | 4.491.696.527,49         |
| Inversões Financeiras      | 132.964.501,65           | 123.238.564,76           | 108.761.608,85           |
| Amortização da Dívida      | 1.316.901.274,75         | 1.316.500.476,74         | 1.316.496.915,88         |
| <b>TOTAL</b>               | <b>53.695.376.979,76</b> | <b>53.193.266.737,11</b> | <b>50.858.348.518,61</b> |

Fonte: Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita – SSR.

### 3 - Atividades Institucionais

#### 3.1 - Recursos Orçamentários e Financeiros

As dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Estadual n.º 5.632, de 04.01.10, para o TCE-RJ e para a ECG, foram distribuídas da seguinte forma:

| Natureza da Despesa                 | Dotação Inicial (em R\$) | Percentual em Relação ao Total |
|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------------|
| Pessoal e Encargos Sociais          | 370.330.434,00           | 87,5                           |
| Serviços de Terceiros               | 30.349.253,00            | 7,2                            |
| Material de Consumo                 | 3.517.733,00             | 0,8                            |
| Outras Despesas Correntes           | 11.501.206,00            | 2,7                            |
| <b>Total de Despesas Correntes</b>  | <b>415.698.626,00</b>    | <b>98,2</b>                    |
| Investimentos                       | 7.816.558,00             | 1,8                            |
| <b>Total de Despesas de Capital</b> | <b>7.816.558,00</b>      | <b>1,8</b>                     |
| <b>Total Geral</b>                  | <b>423.515.184,00</b>    | <b>100,0</b>                   |

Fonte: Coordenadoria de Orçamento – COO;  
O Quadro de Detalhamento das Receitas e das Despesas para o exercício foi aprovado pelo Ato Executivo n.º 17.110, de 07.01.10.

Os valores realizados pelo TCE-RJ e pela ECG (empenhos ordinários, globais ou estimativos), segundo a natureza da despesa, ao fim do exercício de 2010, são apresentados na tabela a seguir:

| Natureza da Despesa                 | Empenhado (R\$)       |
|-------------------------------------|-----------------------|
|                                     | Consolidado           |
| Pessoal e Encargos Sociais          | 350.302.847,34        |
| Serviços de Terceiros               | 18.032.456,86         |
| Material de Consumo                 | 1.658.051,93          |
| Outras Despesas Correntes           | 9.798.734,44          |
| <b>Total de Despesas Correntes</b>  | <b>379.792.090,57</b> |
| Investimentos                       | 2.171.355,70          |
| <b>Total de Despesas de Capital</b> | <b>2.171.355,70</b>   |
| <b>Total Geral</b>                  | <b>381.963.446,27</b> |

Fonte: Coordenadoria de Orçamento – COO.

Os quadros anteriores possibilitam a análise da relação entre a despesa autorizada pelo orçamento e a efetivamente realizada.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, em conformidade com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, são apresentadas no demonstrativo a seguir:

| <b>Despesa com Pessoal</b>   | <b>Despesa Liquidada<br/>Janeiro a Dezembro/2010</b> |
|--|--|
| Despesa Bruta com Pessoal Ativo  | 347.613  |
| Despesas Não Computadas (art. 19, § 1.º, LRF)  | 271  |
| Despesa com Pessoal inscrita em Restos a Pagar não Processados                               | 2.690  |
| <b>Total da Despesa com Pessoal para Apuração do Limite – DTP</b>                            | <b>350.032</b>                                       |
| Receita Corrente Líquida – RCL   | 34.534.906   |
| <b>% do Total da Despesa com Pessoal para Fins de Apuração do Limite – DTP sobre RCL*100</b> | <b>1,014</b>   |
| Limite Máximo – 1,316% da RCL  | 454.479  |
| Limite Prudencial – 1,25% da RCL   | 431.686  |

Fonte: Ato Executivo TCE-RJ n.º 17.743, de 17.01.10 – Relatório de Gestão Fiscal do 3.º quadrimestre de 2010.

Deve-se ressaltar que, apesar de estar autorizado a utilizar 1,316% da Receita Corrente Líquida do Estado, o Tribunal de Contas manteve suas despesas de pessoal em patamar inferior ao limite prudencial de 1,25%, previsto no artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O TCE-RJ, no exercício de 2010, em razão do seu compromisso com a gestão fiscal responsável e com o estreitamento dos seus laços com a sociedade fluminense, devolveu, orçamentariamente, ao Erário Estadual, R\$34 milhões. Desse total, R\$25 milhões foram repassados financeiramente, em cerimônia realizada no Palácio Laranjeiras no dia 13.12.10, destinados à implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e projetos educacionais na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão.

A disponibilização dos recursos orçamentários e financeiros decorre da adoção de um rígido programa de conduta, que permitiu ao Tribunal obter significativa redução nos preços dos insumos utilizados em suas atividades.

### 3.1.1 - Gestão de Recursos Orçamentários e Financeiros

O Tribunal manteve a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e também presencial para aquisição de produtos, o que vem produzindo significativa redução de gastos. Em 2010, 79,9% das contratações foram realizadas sob essa modalidade, superando o percentual atingido no exercício de 2009 (71,2%).

Valores em R\$

| Aquisições no exercício de 2010 | 1.º trimestre | 2.º trimestre | 3.º trimestre | 4.º trimestre | Total         |
|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Total                           | 18.550.920,34 | 1.134.570,18  | 2.064.366,37  | 1.365.853,74  | 23.115.710,63 |
| Modalidade Pregão               | 14.794.253,73 | 866.901,95    | 1.792.544,77  | 1.034.723,15  | 18.488.423,60 |
| %                               | 79,7          | 76,4          | 86,8          | 75,7          | <b>79,9</b>   |

Efetivou-se, no período, a implantação do sistema “Ordem de Serviço”, através do qual podem ser requeridos “on line” os Serviços de Manutenção, Telecomunicações, Refrigeração e Eletricidade, objetivando a melhoria no atendimento aos diversos setores deste Tribunal.

Foram elaborados projetos básicos voltados à realização de obras de reforma e de manutenção de diversos setores do Tribunal. Dentre aquelas realizadas no período, mencionem-se as obras de reforma no 2.º pavimento, para otimização do espaço ocupado pela Diretoria-Geral de Informática (DGI) e relocação da Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita (SSR), e no Gabinete GC-5, localizado no 9.º pavimento, ambos do Edifício Sede; de relocação da Secretaria da Presidência (SPR) para o 3.º andar do Prédio Anexo ao TCE-RJ; na Coordenadoria de Gestão Documental – CGD, localizado no pavimento térreo do Edifício Sede, com redistribuição do espaço destinado ao Protocolo-Geral do TCE-RJ e melhoria na área de atendimento ao público; e obras para as adaptações necessárias que visam à acessibilidade de pessoas portadoras de limitações físicas, cadeirantes, cegos e surdos.

## 3.2 - Pesquisa, Divulgação e Revisão de Normas e Procedimentos

### 3.2.1 - Pesquisa e Divulgação de Normas e Procedimentos

A Secretaria-Geral de Planejamento – SGP, por meio da Coordenadoria de Organização e Procedimentos – CAP, realiza um trabalho permanente de pesquisa e divulgação de normas do TCE-RJ.

| Trabalhos Realizados   |
|--|
| Revisão, formatação e verificação para publicação na Imprensa Oficial do Ato Executivo n.º 17.152, de 10.03.10 (DORJ de 11.04.10);   |
| Revisão, formatação e verificação para publicação na Imprensa Oficial dos Atos Normativos n.º 115, de 30.03.10 (DORJ de 31.03.10); n.º 116, de 24.06.10 (DORJ de 28.06.10); n.º 117, de 30.06.10 (DORJ de 06.07.10); n.º 118, de 29.10.10 (DORJ de 05.11.10); e n.º 119, de 17.11.10 (DORJ de 23.11.10);                                     |
| Consolidação dos Atos Normativos TCE-RJ n.º 93, de 19.12.07 (DORJ de 27.12.07); n.º 96, de 19.12.08 (DORJ de 13.02.08) e n.º 99, de 13.08.08 (DORJ de 14.08.08);   |
| Revisão, formatação e verificação para publicação na Imprensa Oficial das Resoluções n.º 262, de 08.04.10 (DORJ n.º 09.04.10); n.º 263, de 20.07.10 (DORJ de 04.08.10); n.º 264, de 03.08.10 (DORJ de 20.08.10); n.º 265, de 24.08.10 (DORJ de 02.09.10); n.º 266, de 10.08.10 (DORJ de 10.09.10) e n.º 267, de 21.12.10 (DORJ de 22.12.10); |
| Boletim Interno atualizado até a Resolução TCE-RJ n.º 263, de 20.07.10 (DORJ de 04.08.10);   |
| Revisão, formatação e verificação para publicação na Imprensa Oficial da Deliberação TCE-RJ n.º 255, de 10.08.10 (DORJ de 10.09.10);   |
| Consolidação da Deliberação TCE-RJ n.º 167, de 10.12.92 (DORJ de 24.12.92);  |

Além desses, a CAP teve participação, em conjunto com a SGE, na revisão de formatação do Manual de Auditoria Governamental, bem como na resolução que o instituiu e na revisão, formatação e verificação de projeto de deliberação que altera o Regimento Interno do TCE-RJ. Na SGP, participou na digitalização do PROMOEX, no estudo comparativo da Política de Segurança da Informação – PSI e na montagem, conversão de arquivos, impressão, criação de capa, gravação de CDs e revisão do Relatório de Gestão 2007-2010. Em colaboração com a CRH, participa com um servidor na Comissão Permanente de Revisão do Manual de Pessoal do TCE-RJ.

### 3.2.2 - Revisão de Normas e Procedimentos

A revisão de normas e procedimentos tem por objetivo aprimorar a realização das atividades técnicas e administrativas do Tribunal, adequando-as às constantes mudanças verificadas nas estruturas das administrações estaduais e municipais, na legislação e nas exigências por parte da sociedade.

Destaca-se, no exercício, a aprovação dos seguintes Atos:

| ATOS NORMATIVOS   |
|---|
| <b>Ato Normativo n.º 115</b> , de 30.03.10, que determina à Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH o cumprimento das atribuições previstas no Ato Normativo TCE-RJ n.º 108, de 06.08.09, e dá outras providências;   |
| <b>Ato Normativo n.º 116</b> , de 24.06.10, que altera o artigo 4.º do Ato Normativo TCE-RJ n.º 107, de 02.06.09, em relação às áreas de atuação da 2.ª IGI e da 2.ª CCT, e dá outras providências;   |
| <b>Ato Normativo n.º 117</b> , de 30.06.10, que autoriza o reembolso de despesa efetuada com pagamento de mensalidade de creche, legalmente constituída, aos servidores efetivos ativos que tenham filhos ou dependentes legais, com idade de 3 (três) meses a 3 (três) anos e dá outras providências;  |
| <b>Ato Normativo n.º 118</b> , de 29.10.10, que dispõe sobre a atualização dos dados cadastrais dos Conselheiros inativos e pensionistas de ex-Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;  |
| <b>Ato Normativo n.º 119</b> , de 17.11.10, que altera o § 1.º do artigo 9.º do Ato Normativo TCE-RJ n.º 80, de 03.03.05, redistribuindo as áreas de atuação das Inspetorias-Gerais, em decorrência da decisão proferida pelo Conselho Superior de Administração em sessão de 27.01.09, que aprovou a alteração da estrutura orgânica e operacional da Subsecretaria de Controle Municipal – SUM, para melhor adequar as atividades desempenhadas pelos órgãos de controle externo; |
| ATOS EXECUTIVOS   |
| <b>Ato Executivo n.º 17.292</b> , de 21.06.10, que altera a Quadro de Detalhamento das Despesas Orçamentárias do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2010 e dá outras providências;  |
| <b>Ato Executivo n.º 17.459</b> , de 14.12.10, que designa grupo de trabalho com o encargo de elaborar proposta de revisão geral do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, baixado pela Deliberação TCE-RJ n.º 167, de 10.12.92.  |

No período, destacamos a edição do Manual de Auditoria Governamental do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – MAG/TCE-RJ, instituído pela Resolução n.º 266, de 10.08.10, com normas compatíveis com a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI, sistematizando conceitos e práticas a serem observados no controle externo do TCE-RJ, quando da realização da auditoria governamental.

Nesta diretriz, através da Portaria n.º 02, de 30.11.10, foi criado no âmbito da Secretaria-Geral de Controle Externo o Grupo de Trabalho do Tema de Maior Significância – GRUPO TMS, com a finalidade de auxiliá-la na elaboração e na supervisão do Plano do Tema de Maior Significância – Plano TMS, parte integrante do Plano Anual de Atividades de Auditoria Governamental – PAAAG, que prevê a realização sistematizada de auditorias sobre um tema de maior significância.

### 3.3 - Tecnologia da Informação

As distintas atividades realizadas na área de Informática, a constante expansão do parque computacional e o desenvolvimento de sistemas corporativos demonstram a importância que vem sendo conferida a este setor, sempre com o intuito de aprimorar e modernizar as ações do TCE-RJ.

No quadro a seguir, destacam-se as principais ações da área de Informática realizadas no período:

| SISTEMAS/PROGRAMAS                          | AÇÕES   |
|---|---|
| Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS | Adaptação do módulo LRF para a versão 2010 do SIGFIS, habilitando o sistema para a elaboração e emissão dos anexos que compõem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal e migração de todos os sistemas para o SQL Server 2005 64 bits; |
|   | Desenvolvimento da versão de testes destinados a fornecedoras de softwares de sistemas contábeis para as unidades gestoras usuárias do SIGFIS MUNICIPAL;  |
|   | Carga no Banco de Dados do TCE-RJ de informes recebidos de 38 (trinta e oito) novas unidades gestoras que aderiram ao SIGFIS CENTRALIZADO;  |
| Sistema de Controle de Pautas – SISPEL      | Reestruturação completa em função da nova sistemática de inclusão de votos, que passou a ser feita pelas próprias assessorias diretamente no Banco de Dados;  |
| Recursos Humanos – SRH                      | Elaboração do Módulo AQF (Adicional de Qualificação Profissional) para o Sistema de Recursos Humanos versão On-Line e desenvolvimento de módulo para automatizar as informações referentes ao AQF Temporário oriundas da Escola de Contas do TCE-RJ;                        |
|   | Adequação às regras vigentes e execução das rotinas de fechamento de ano para geração de DAR (Declaração Anual de Rendimento), DIRF (Declaração de Imposto de Renda na Fonte) e RAIS (Relação Anual de Informações Sociais);  |
|   | Migração dos programas para o Visual Fox 9.0 e Subversion;  |
| Sistema de Gestão de Pessoal – SIGPES       | Planejamento, desenvolvimento e implantação do SIGPES – Módulo de Aposentadoria para auxílio da auditoria da aposentadoria, a ser implantado em prioridade aos demais módulos do sistema SIGPES;  |
| Controle Menor Aprendiz – SCMA              | Elaboração de diversos relatórios de gerenciamento e migração dos programas para o Visual Fox 9.0 e Subversion.   |

Além disso, foram mantidas as ações relacionadas à manutenção de equipamentos, ao acompanhamento e fiscalização de contratos, ao atendimento de usuários e ao aprimoramento dos demais sistemas corporativos do Tribunal.

Mencionem-se, ainda, as atividades relacionadas à Rede e ao Banco de Dados, conforme quadro abaixo:

| ATIVIDADES   |
|--|
| Configuração e instalação do servidor de arquivos <i>Microsoft</i> TCERJ03 que virá a hospedar os dados dos antigos servidores <i>Novell</i> GAB1, SGA1, SGE1, CIN1 e TCT1. Definição e montagem do <i>array</i> e das rotinas de <i>backup</i> em disco;  |
| Configuração e instalação do servidor de arquivos <i>Microsoft</i> TCERJ08 que virá a hospedar os dados dos antigos servidores <i>Novell</i> STCE02 (dados pessoais – <i>Home</i> ) e SIMG02 (novo GED). Definição e montagem do <i>array</i> e das rotinas de <i>backup</i> em disco;   |
| Configuração e instalação do servidor de arquivos <i>Microsoft</i> TCERJ10 que virá a hospedar os dados da ECG, em Niterói. Definição e montagem do <i>array</i> e das rotinas de <i>backup</i> em disco. Migração dos dados de servidor <i>Novell</i> para <i>Microsoft</i> ;   |
| Configuração e instalação do servidor de arquivos <i>Microsoft</i> TCERJ12 que virá a hospedar os dados das inspetorias localizadas na rua Buenos Aires, no centro do Rio. Definição e montagem do <i>array</i> e das rotinas de <i>backup</i> em disco. Migração dos dados de servidor <i>Novell</i> para <i>Microsoft</i> ;  |
| Migração de todos os dados corporativos da sede do TCE-RJ de servidores <i>Novell</i> para os novos servidores <i>Microsoft</i> ;  |
| Migração da versão de sistema operacional do principal servidor de Banco de Dados do TCE-RJ (antigo BD1) de Win2003-32 <i>bits</i> para Win2008-64 <i>bits</i> , juntamente com a migração do <i>software</i> servidor de Banco de Dados da versão SQL2005-32 <i>bits</i> para SQL2008-64 <i>bits</i> . O novo servidor tcejdbd01 passa a usar de forma plena os recursos do servidor que o abriga. Juntamente com a migração, foi feita uma reformulação na segurança de acesso deste mesmo servidor, através da criação de vários perfis de acesso para os sistemas do TCE-RJ, integrando os perfis ao novo diretório da <i>Microsoft</i> , eliminando o uso da antiga autenticação extra; |
| Instalações padrão com <i>software</i> exclusivamente <i>Microsoft</i> ; migração para o correio eletrônico <i>Microsoft Exchange</i> e migração para o <i>Office Communicator</i> (substituto do <i>GW Messenger</i> );   |
| Migração da versão de sistema operacional dos servidores de banco de dados restantes de Win2003-32 <i>bits</i> para Win2008-64 <i>bits</i> , juntamente com a migração do <i>software</i> servidor de Banco de Dados da versão SQL2005-32 <i>bits</i> para SQL2008-64 <i>bits</i> . Desta feita foi realizada a migração dos servidores SSGF01, SSGF02 e a criação do novo servidor TCERJBD02. Todas as rotinas de <i>backup</i> foram refeitas;   |
| Otimização do procedimento de cópias de segurança dos dados e suporte para implantação do novo sistema de acesso eletrônico (catraca) do TCE-RJ, implantado de forma virtualizada;   |
| Migração da infraestrutura de rede do edifício na Rua Buenos Aires para rede <i>Microsoft</i> (recomposição do cabeamento com ativação de todos os pontos de rede);  |
| Montagem da interligação com a rede TCE-RJ da nova infraestrutura física, após obra do 2.º andar do edifício-sede;   |
| Implementação de uma arquitetura computacional mais robusta e moderna para a ECG, separando o serviço de aplicações <i>web</i> (IIS) do serviço de Banco de Dados ( <i>MS SQL Server</i> 2005), com a criação de dois novos servidores;  |
| Conclusão da eliminação dos servidores do S.O. <i>Netware</i> da <i>Novell</i> na ECG-Niterói, prédio na Rua Buenos Aires e na Coordenadoria de Transportes – COT;   |
| Treinamento da equipe nos diversos ambientes <i>Microsoft</i> que compõem o parque atual e de interesse do TCE-RJ, a saber: <i>Exchange Server</i> 2007, <i>MS SQL Server</i> 2005, <i>Share Point Server</i> 2007 e <i>Microsoft Server</i> 2008.   |

## 3.4 - Gestão de Pessoal

### 3.4.1 - Capacitação Profissional

O programa de capacitação profissional é promovido pela Escola de Contas e Gestão – ECG. As atividades, que são oferecidas aos servidores do próprio Tribunal e dos órgãos jurisdicionados, voltam-se para o aperfeiçoamento técnico e, em consequência, para a melhoria dos serviços prestados.

No exercício, destacam-se as seguintes realizações:

| ATIVIDADES   | PERÍODO            | COMENTÁRIOS   |
|--|--------------------|---|
| “Curso Básico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público”  | 25 a 29 de janeiro | Destinado aos servidores do Tribunal e da Secretaria de Estado de Fazenda, as aulas foram ministradas por uma equipe de especialistas da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda. O curso foi resultado do desdobramento do Seminário “Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASPs)”, realizado pelo TCE-RJ em 28.08.09. Sendo o primeiro do calendário pedagógico de 2010 da ECG, trata-se de uma importante iniciativa, tendo em vista que, a partir de 2012, a União, os Estados e o Distrito Federal serão obrigados a adotar as novas normas contábeis, e, os municípios, a partir de 2013; |
| Seminário: “Controle Externo e Agências Reguladoras de Serviços Públicos Concedidos”   | 21 de maio         | Teve o objetivo de debater a respeito do cabimento e limites do controle externo sobre as atividades exercidas pelas agências reguladoras. O evento contou com 307 participantes e com a apresentação dos seguintes painéis: “Papel da Regulação e Relações Institucionais das Agências Reguladoras” e “O Controle Externo e as Agências Reguladoras”;  |
| Cerimônia de entrega do Prêmio Gama Filho de 2010  | 23 de agosto       | Conferido pelo TCE-RJ, através de sua Escola de Contas e Gestão (ECG), que na sua quarta edição versou sobre o tema “Dez Anos da Lei de Responsabilidade Fiscal: A Contribuição da Transparência da Gestão Fiscal para a Boa Governança”;   |
| Aula inaugural da 1.ª turma do curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em “Especialização em Gestão Pública e Controle Externo” | 1.º de setembro    | Contou com a participação do Presidente do TCE-RJ e com a palestra da Presidente da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr.ª Helena Kerr do Amaral;   |
| Solenidade de encerramento da etapa de Macaé do Programa de Capacitação Regionalizado  | 8 de outubro       | Sede da terceira e penúltima etapa da edição 2010. Reuniu mais de 300 pessoas, entre prefeitos, presidentes de Câmaras Municipais, vereadores, secretários municipais e servidores públicos da região, sendo entregues 460 certificados de conclusão;   |
| Aula inaugural do 1.º Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal   | 24 de novembro     | Proferida pelo Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro, Sr. Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, que abordou o tema: “Formação e Capacitação do Servidor: Qualidade e Eficiência na Gestão Pública”;  |
| Cerimônia de encerramento do Programa de Capacitação Regionalizada, etapa da Região Sul Fluminense                               | 1.º de dezembro    | Realizada na cidade de Pirai, foi prestigiada por cinco prefeitos da Região, dentre outras autoridades, sendo entregues cerca de 300 certificados aos servidores e agentes políticos dos municípios da região.  |

### 3.4.1.1 - Programa de Estudos e Pesquisas

As atividades desenvolvidas no exercício são descritas sucintamente

no quadro a seguir:

| ATIVIDADES        |   | PARTICIPANTES |
|-------------------|---|---------------|
| "Tardes do Saber" | No dia 12 de março, foi realizado o evento intitulado "Edição Premiada", que apresentou os trabalhos dos servidores do TCE-RJ que tiveram suas monografias premiadas em diferentes edições do Prêmio Ministro Gama Filho. Os eventos desse Projeto têm periodicidade mensal, e consistem em apresentações orais de teses, dissertações, monografias e artigos previamente selecionados. O objetivo do Projeto é disseminar conhecimentos e experiências adquiridas pelos técnicos do TCE-RJ em cursos, seminários, palestras e outras atividades, e são dirigidos aos servidores do Tribunal, aos dos órgãos jurisdicionados e estudantes e profissionais que se relacionem com os temas; | 60            |
|                   | No dia 9 de abril, o evento intitulado "Turismo no Rio de Janeiro" constituiu-se de duas apresentações de trabalhos de servidores do TCE-RJ e outras duas de convidados (UFF e SEPLAG), respectivamente: "Competitividade no Turismo e a <i>Internet</i> ", "Capacitação e Atração de Recursos para a Turismo", " <i>Websites</i> de Destinos Turísticos" e "Impactos da Emenda Ibsen ao Turismo no Estado do Rio de Janeiro";  | 38            |
|                   | No dia 14 de maio, o evento "Atração de Investimento e Turismo no Rio de Janeiro" reproduziu o tema tratado no encontro anterior, mas desta vez sob a ótica dos investimentos, contando com os mesmos expositores, que fizeram as seguintes apresentações: "Turismo, Sustentabilidade e a <i>Internet</i> ", "Investimentos Recentes no Estado do Rio de Janeiro", "Competitividade dos Destinos Turísticos e suas Dimensões" e "Impactos dos <i>Royalties</i> nas Finanças Públicas do Estado do Rio de Janeiro";  | 49            |
|                   | No dia 18 de junho, ocorreu a primeira parte do tema "Controle Externo", com as apresentações da palestra "Tendências da Atividade de Controle" e das seguintes experiências dos servidores do TCE-RJ: "Proposta do Manual de Auditoria", "Desenvolvimento Funcional" e "Auditoria Operacional";  | 265           |
|                   | No dia 13 de agosto, ocorreu a exposição da segunda parte do tema "Controle Externo", com as apresentações da palestra "A SECEX-RJ – Organização, Atribuições e Processos de Trabalho" e das seguintes experiências dos servidores do TCE-RJ: "Análise da Economicidade de Serviços de Limpeza Urbana", "Reformulando Métodos de Trabalho na Área de Pessoal" e "A Criação da Inspeção de Auditoria Municipal e a Experiência na Aplicação dos Conceitos do Manual de Auditoria";   | 184           |
|                   | No dia 17 de setembro, o evento "Controle Externo na Saúde Pública" constituiu-se das apresentações das palestras "Controle Externo na Saúde Pública – Atuação do Tribunal de Contas da União – TCU" e Controle Externo na Saúde Pública pelo TCE-RJ: Perspectivas";  | 67            |
|                   | No dia 17 de novembro, tendo como tema o "Projeto de Lei de Qualidade Fiscal (LQF)", o qual tramita no Congresso Nacional, o evento constituiu-se das palestras do Sr. Celso Henrique de Oliveira, servidor deste Tribunal, do Sr. Leonardo Cezar Ribeiro, servidor da Secretaria de Orçamento Federal/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Sr. <sup>a</sup> Rosângela Dias Marinho, Controladora-Geral do Estado do Rio de Janeiro.   | 108           |
| <b>TOTAL</b>      | <b>771</b>  |               |

### 3.4.1.2 - Resumo das Atividades

O resumo das atividades realizadas no decorrer do exercício é apresentado no quadro a seguir:

| DESCRIÇÃO  | PARTICIPAÇÃO |
|--|--------------|
| Encontros Técnicos, Seminários e Teleconferências                | 13           |
| Programa de Capacitação para Servidores da Administração Pública | 6.482        |
| Estudos, Pesquisas e Publicações                                 | 7            |
| Cursos de Pós Graduação <i>lato sensu</i>                        | 5            |
| <b>TOTAL</b>   | <b>6.507</b> |

Fonte: Memorando PRS/ECG n.º 001/11, de 14.01.11 – Relatório de Prestação de Contas.

### 3.4.1.3 - Atividades Externas de Formação

No quadro abaixo, estão discriminadas as atividades externas de formação que tiveram continuidade durante o exercício:

| DESCRIÇÃO                                | ATIVIDADE             | INSTITUIÇÃO   |
|--|-----------------------|---|
| Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> | Redes de Computadores | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ |

### 3.4.2 - Participação em Redes de Escolas de Governo

A ECG, diante da importância do trabalho em rede para o fortalecimento institucional, participou do *XV Congreso Internacional del CLAD sobre La Reforma del Estado y de La Administración Pública*, realizado na cidade de Santo Domingo, República Dominicana, entre os dias 9 e 12 de novembro. O evento teve como áreas temáticas “A profissionalização dos civis e de serviço público para reforçar a capacidade de governança democrática na América Latina”, “Gestão da Qualidade na Administração Pública Ibero-americana para o desenvolvimento de servir os cidadãos”, entre outras.

Além disso, no período a ECG realizou as seguintes atividades:

|   |
|---|
| Trabalho conjunto com as demais escolas de governo que integram a Rede Nacional, liderada pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, estabelecendo troca de informações com vistas à inserção de dados no Sistema de Mapeamento da Oferta de Capacitação (Sistema Mapa), com a criação da Oficina de Capacitação do sistema de Mapa para a Região Sudeste, realizada em 30 de junho;   |
| Participação no II Seminário Internacional de Contabilidade Pública e 3.º Fórum Nacional de Gestão e Contabilidade Pública, realizada no Palácio das Artes em Belo Horizonte, no período de 20 a 22 de setembro, a Palestra Magna foi proferida pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Nelson Machado, apresentando o tema “Crescimento com distribuição de Renda”;  |
| Participação no IV Fórum Nacional de Bibliotecários e Arquivistas dos Tribunais de Contas, “IV FÓRUM BIBLIOCONTAS”, realizado no período de 29 de setembro a 1.º de outubro, na sede do TCM-RJ, refletindo sobre a participação das unidades de informação (bibliotecas, arquivos e centros de memória) no processo de compartilhamento de informações para o melhor desempenho dos Tribunais de Contas em sua atividade de controle externo. |

### 3.4.3 - Programa de Avaliação da Saúde do Trabalhador

A partir do desenvolvimento do Plano de Gerenciamento da Saúde do Trabalhador, a Coordenadoria de Serviços Médico-Assistenciais – CMA deu continuidade ao “Programa de Avaliação da Saúde do Trabalhador”, objetivando a prevenção e o controle de doenças crônicas e o diagnóstico de outras que poderiam levar os servidores à incapacidade ou ao afastamento súbito de suas atividades.

O referido Programa compõe o “Projeto Meu Ambiente” (de saúde ocupacional) que, visando a melhorar a qualidade de vida dos servidores do Tribunal, realiza diversas ações, tais como: prática de *yoga* no local de trabalho, realizada antes ou depois do expediente ou no horário do almoço, prevenção e controle da obesidade, diabetes, hipertensão e tabagismo, além do Grupo de Pais e do Projeto Adolescência Viva (Grupo com menores aprendizes da FIA).

No decorrer do exercício, foram realizados os seguintes eventos:

|   |
|---|
|   |
| “Grupo de Pais”, reuniões semanais, com orientações aos pais sobre assuntos como os riscos da internet, escolha da melhor escola etc.;  |
| Projeto “Adolescência Viva”, o qual mantém duas turmas semanais com 25 (vinte e cinco) adolescentes aprendizes da Fundação para a Infância e Adolescência – FIA;  |
| Com início em 28 de abril e fim em 23 de junho, foram realizadas 5 (cinco) reuniões com a equipe multidisciplinar, da qual integram os Serviços de Psicologia e Social, e 4 (quatro) com os Grupos de Controle do Tabagismo;  |
| Por intermédio de uma psicóloga e duas assistentes sociais, o TCE-RJ participou do Encontro Interativo de Empresas, realizado no auditório da Petrobras, sobre problemas relacionados às questões do álcool, tabaco e outras drogas no local de trabalho, quando foi apresentado o tema “Um Programa de Prevenção na área da dependência química no ambiente de trabalho em uma instituição pública do Rio de Janeiro”;       |
| No dia 9 de setembro, o Serviço Social iniciou o recadastramento anual dos funcionários aposentados e impossibilitados de comparecer a este Tribunal;   |
| No dia 26 de outubro, foi instalado, nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), um posto de coleta de sangue através da parceria do Serviço Social e o Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcante (Hemório), para mais uma campanha de doação de sangue. O material recolhido foi destinado a uma rede de 150 hospitais públicos ou ligados ao Sistema Único de Saúde. |

## 4 - Agenda Ambiental

Os principais eventos realizados pela Agenda Ambiental, no decorrer do exercício, encontram-se discriminados no quadro abaixo:

|   |  |
|---|--|
| Capacitação para Coleta Seletiva de Lixo.   | Quatro encontros de Capacitação para Coleta Seletiva de Lixo, com a participação de 84 funcionários da empresa <i>LOCANTY</i> , prestadora de serviços de limpeza, realizados entre 25 de fevereiro e 29 de março. Os eventos tiveram o objetivo de propiciar aos prestadores informações básicas relacionadas às questões ambientais e à responsabilidade social das organizações;  |
| Em parceria com a Associação dos Servidores do Tribunal – ASTCERJ.  | “Campanha do Óleo de Cozinha”, que destinou para reciclagem 735 litros de óleo usado, evitando, assim, que o despejo inadequado resulte na contaminação/poluição do meio ambiente;   |
|   | “Gincana de Recicláveis”, competição saudável entre os órgãos dessa Instituição, em favor do meio ambiente, que arrecadou 1,6 toneladas de materiais, doados a quatro cooperativas de artesãos;  |
|   | Doação de 1.475 cartuchos usados à COOPCARMO – Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento de Mesquita Ltda.;  |
|   | Homenagem ao Dia de Gari (16 de maio), quando foram entregues kits com produtos reciclados aos garis que atendem a coleta seletiva do TCE-RJ;  |
| A partir do Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o Tribunal e a Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB.  | O Projeto “aTo <b>CE</b> rto”, de coleta seletiva do lixo, registrou no período a destinação de aproximadamente 65,5 toneladas de material para reciclagem;  |
| I Simpósio de Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas.   | O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro participou do I Simpósio de Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas, realizado em Manaus, entre os dias 16 e 19 de novembro, promovido pelo TCE Amazonas em parceria com o Instituto Ruy Barbosa (IRB). O evento reuniu 900 pessoas e alguns dos maiores especialistas nessa área em pleno coração da floresta amazônica. Como resultado desse encontro surgiu a “Carta da Amazônia”, um documento contendo os compromissos assumidos pelos Tribunais de Contas brasileiros em relação ao meio ambiente. De acordo com o texto, os Tribunais de Contas assumem que para cumprirem o papel constitucional em relação à proteção do meio ambiente “é imperativo que incluam as questões ambientais em todas as dimensões das auditorias de sua competência, capacitando continuamente os profissionais e proporcionando-lhes meios adequados para sua atuação; |
| A Coordenadoria de Comunicação Social, Imprensa e Editoração – CCS, adstrita ao Gabinete da Presidência – GAP, participa da implementação de informativos para as datas de significativo apelo ambiental e de valorização humana. | Contribuiu com a elaboração e a confecção dos cartazes temáticos para o Dia do Índio, Dia da Conservação do Solo, Dia do Planeta Terra, Dia do Pau-Brasil, Dia da Mata Atlântica, Dia da Diversidade Biológica, Dia do Meio Ambiente e Dia Comemorativo da Agenda Ambiental (3 anos).  |

## 5 - Relações Institucionais

No quadro a seguir, estão relacionadas as principais atividades ocorridas no período:

|   |  |
|---|--|
| Convênio de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ)  | No dia 31 de março, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro celebrou Convênio de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), tendo por objeto o desenvolvimento de parceria em prol da fiscalização da destinação de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;  |
| Protocolo de Execução das Ações de Fiscalização da <b>Copa 2014</b>   | No dia 11 de maio, durante o “Evento Parcerias Estratégicas e o Modelo de Fiscalização da <b>Copa 2014</b> ”, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro assinou o Protocolo de Execução das Ações de Fiscalização, com base no modelo de fiscalização das obras e de projetos relacionados à <b>Copa do Mundo de Futebol de 2014</b> . A parceria reúne o TCU, os Tribunais de Contas dos Estados e os Tribunais de Contas dos Municípios, com o objetivo de fortalecer a fiscalização preventiva, aproximar as metodologias de controle e oferecer à sociedade informação sobre o uso dos recursos públicos na viabilização do acontecimento, através dos dados auditados e dos acompanhamentos que ficarão disponíveis em <i>site</i> específico na internet;   |
| Convênio de Cooperação Técnica entre a Escola de Contas do TCE-RJ e a Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ)  | Em 17 de julho, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, através da sua Escola de Contas, e a Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) prorrogaram, com vigência até 14.04.11, o convênio de cooperação técnica para desenvolvimento de cursos de curta e longa duração, além da realização de palestras e seminários voltados para a área jurídica, visando à formação e ao aperfeiçoamento dos técnicos das duas instituições;  |
| Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ) | No dia 9 de setembro, com o objetivo de ampliar o intercâmbio técnico existente entre o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), incluindo uma parceria acadêmica e cultural, ocorreu a solenidade de assinatura da renovação, por mais dois anos, do Termo de Cooperação Técnica que visa aprimorar a ação fiscalizadora de cada uma das partes;  |
| Encontro dos órgãos que integram a Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Rio de Janeiro   | No dia 5 de novembro, representantes de órgãos que integram a Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Rio de Janeiro participaram do encontro promovido pelo TCE-RJ, através da sua Secretaria-Geral de Controle Externo, no qual foi apresentado um painel sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal, o que incluiu o organograma da instituição, o funcionamento e alocação dos recursos humanos que atuam no controle externo, além do detalhamento dos principais sistemas de informação utilizados. O objetivo é a troca de experiências e a identificação da forma como um órgão pode transferir conhecimento ao outro para que as ações possam ser aperfeiçoadas e integradas. Também participaram do evento técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU), do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ), da 2.ª Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional (PRFN), da Receita Federal do Brasil, da Secretaria de Estado da Fazenda, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e da Controladoria-Geral do Município do Rio de Janeiro;   |
| Comemoração do Dia Internacional contra a Corrupção   | A unidade regional da Controladoria-Geral da União (CGU) no Rio de Janeiro promoveu no dia 9 de dezembro, em parceria com órgãos públicos e entidades não governamentais, diversas atividades para comemorar o Dia Internacional contra a Corrupção. O objetivo foi informar e capacitar a população no exercício do controle social dos gastos públicos. As atividades foram realizadas no Palácio do Ministério da Fazenda, no Município do Rio de Janeiro. Além de tendas com computadores para demonstração de sistemas governamentais de controle, como o Portal da Transparência, houve apresentação de corais, bandas, esquetes, palestras e oficinas, assim como feiras sobre cidadania e sobre impostos. O evento foi uma iniciativa do Grupo de Controle Social que, além da CGU, foi composto pelos Tribunais de Contas da União, do Estado e do Município; Ministério Público Federal; Receita Federal do Brasil; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Secretarias Estaduais de Educação e de Fazenda; Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado (ASTCERJ); e Associação dos Magistrados do Estado; |
| Convênio de Cooperação Educacional, Técnica e Científica entre o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro               | Em 15 de dezembro, o Tribunal firmou com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro o Convênio de Cooperação Educacional, Técnica e Científica, para colaboração mútua em atividades de meio ambiente. Através da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ (ECG) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC), a parceria pretende desenvolver ações para a divulgação e a organização conjunta de eventos, de cursos e treinamentos e de promoção e incentivos à realização de estudos relacionados à gestão ambiental, direcionadas a garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado à população do Município.  |

## 6 - Divulgação Institucional

Com o objetivo de demonstrar à sociedade os efeitos de sua atuação, o Tribunal de Contas promove a divulgação de suas atividades por meio de variados instrumentos que apresentam sua missão institucional, seu campo de atuação, suas principais ações de fiscalização e os resultados alcançados.

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos de divulgação ocorridos no período:

|   |   |
|---|---|
| "Estudos Socioeconômicos dos Municípios Fluminenses"                          | Lançamento da décima edição dos "Estudos Socioeconômicos dos Municípios Fluminenses", abrangendo o período de 2004 a 2009. Elaborado pela Secretaria-Geral de Planejamento do TCE-RJ, esse trabalho apresenta informações sobre meio ambiente, educação, saúde, trabalho e renda, gestão, economia, finanças municipais e demografia, além dos temas especiais abordados a cada ano, acerca de cada um dos 91 municípios fluminenses jurisdicionados. Nesta edição, no ano em que se comemora a biodiversidade, uma pesquisa sobre como estamos cuidando de nossas águas foi o tema escolhido, pois, nos dias atuais, a degradação do meio ambiente não deve ser considerada como um mal necessário para o desenvolvimento; |
| "Síntese – Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro"         | A Síntese, Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo incentivar e disseminar a produção de estudos, análises e pesquisas técnicas e científicas relacionadas aos temas de gestão pública nas diversas áreas de governo, bem como instigar a reflexão crítica e incrementar novos conhecimentos;  |
| Palestra na UNIRIO  | Representando o TCE-RJ, no dia 5 de maio, a Diretora-Geral da ECG palestrou sobre o tema "Contribuição da Escola de Contas à melhoria do sistema de transparência do setor público" para os alunos de Administração Pública da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO;   |
| "Auditoria de Obras Públicas" pela Escola de Contas e Gestão – Livro Volume 1 | Objetivando a disseminação do conhecimento gerado por servidores do TCE-RJ e visando à divulgação do aprendizado adquirido pela produção de artigos científicos, foi lançado em dezembro, na cerimônia de Encerramento das atividades da ECG, o volume 1 das Edições Seriadas, com a publicação de artigos resultantes de trabalhos de conclusão do curso de Especialização em Obras Públicas, do qual participaram servidores do TCE-RJ;   |
| TCE NOTÍCIA   | Publicação dos exemplares n.ºs 65, 66 e 67;   |
| Portal do TCE-RJ  | O site <a href="http://www.tce.rj.gov.br">www.tce.rj.gov.br</a> , ao longo do período computou 848.652 acessos.   |

## 7 - Considerações Finais

As crescentes demandas da sociedade, principalmente por maior qualidade dos serviços prestados e elevação dos padrões de desempenho, estão na pauta do administrador público. A mudança da cultura organizacional e a profissionalização dos servidores públicos devem ser elementos que tragam inovação, num contexto em que o planejamento sistemático, o monitoramento e a avaliação continuados são parte da nova agenda do Estado. Este é um desafio para todos os níveis de governo.

O Estado, agora, deve ser orientado para o cidadão usuário de seus serviços, com ênfase nos resultados. O planejamento passa a ser um processo permanente, obedecendo a princípios técnicos, com vistas ao desenvolvimento econômico e social e à contínua melhoria das condições de vida da população, gerando transformações positivas.

As informações constantes no presente Relatório retratam as principais atividades desenvolvidas no decorrer do ano de 2010 e demonstram que as ações do TCE-RJ ultrapassaram as barreiras do estrito exercício do controle externo, previsto constitucionalmente, mas avançando, inovando e servindo de exemplo por promover o contínuo e construtivo desenvolvimento da gestão pública no Estado do Rio de Janeiro.

O Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior, Presidente eleito por unanimidade em Sessão Plenária realizada em 16.12.10 para o biênio 2011/2012, dentro deste contexto, ratifica, por conseguinte, o compromisso do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, ao apresentar suas atividades à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ.